

destacadamente o artigo 1º, que garante a mulher catarinense, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SES), o direito ao acesso às informações sobre proteção à gestante e parturiente contra a violência obstétrica no Estado de Santa Catarina como também divulgar a Política Nacional de Atenção Obstétrica e Neonatal, RESOLVE:

Art. 1º Instituir o Comitê Colaborativo Institucional Violência da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (COCIVS) com a finalidade de articular, planejar e acompanhar a implantação da política estadual no enfrentamento à violência em suas modalidades, relacionadas aos cuidados em saúde, preconizados pelos princípios SUS: universalidade, integralidade, equidade e, pelo artigo 5º da Constituição Federal que trata dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos, assegurando igualdade perante a lei, sem distinção de qualquer natureza aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, de modo a consolidar uma cultura de proteção;

Art. 2º Para efeitos das ações deste Comitê, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera-se:

I- Violência Física: maus-tratos ou abuso físico, por meio de uso de força física de forma intencional, não- acidental, tendo como objetivo ferir, lesar, provocar dor e sofrimento deixando, ou não, marcas evidentes no seu corpo. A violência física também ocorre no caso de ferimentos por arma de fogo (incluindo as situações de bala perdida) ou arma branca;

II- Violência Autoprovocada: ideação suicida, autoagressões, tentativas de suicídio e suicídios.

III- Violência Psicológica: discriminação, rejeição, depreciação, desrespeito, cobrança exagerada, punições humilhantes e utilização da pessoa para atender às necessidades psíquicas de outrem. É toda ação que coloque em risco ou cause dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento psíquico da pessoa;

IV- Violência Sexual: toda e qualquer ação na qual uma pessoa, valendo-se de sua posição de poder e fazendo uso de força física, coerção, intimidação ou influência psicológica, com uso ou não de armas ou drogas obriga outra pessoa, de qualquer sexo e idade, a ter, presenciar, ou participar de alguma maneira de interações sexuais ou a utilizar de qualquer modo a sua sexualidade, com fins de lucro ou não, por vingança ou outra intenção;

V- Tortura: ato de constranger alguém com emprego de força ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental com fins de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; provocar ação ou omissão de natureza criminosa como também discriminação racial ou religiosa;

VI- Tráfico de seres humanos: recrutamento, transporte, transferência, alojamento de pessoas, recorrendo à ameaça, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade, ao uso da força ou outras formas de coação, ou à situação de vulnerabilidade, para exercer a prostituição, ou trabalho sem remuneração, incluindo o doméstico, escravo ou de servidão, casamento servil ou para a remoção e comercialização de seus órgãos, com emprego ou não de força física;

VII- Violência Financeira/Econômica/Patrimonial: todo ato que implicar dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, instrumentos de trabalho, bens e valores de uma pessoa por meio da exploração imprópria ou ilegal, ou no uso não consentido de seus recursos financeiros e patrimoniais;

VIII- Negligência/Abandono: omissão pela qual se deixou de prover as necessidades e cuidados básicos para o desenvolvimento físico, emocional e social da pessoa atendida/vítima, como privação de medicamentos, falta de cuidados necessários com a saúde, descuido com a higiene, ausência de proteção frente ao frio e ao calor, ausência de estímulo e de condições para a frequência à escola;

IX- Trabalho Infantil: qualquer tipo de atividade efetuada por crianças e adolescentes de modo obrigatório, regular, rotineiro, remunerado ou não, em condições por vezes desqualificadas pondo em risco o seu bem-estar físico, psíquico, social e moral, limitando suas condições para um crescimento e desenvolvimento saudável e seguro;

X- Violência por Intervenção Legal: ação de intervenção por agente legal público, isto é, representante do Estado, polícia ou de outro agente da lei no exercício da sua função, por uso de armas de fogo, explosivos, uso de gás, objetos contundentes, empurrão, golpe, podendo resultarem ferimento, agressão, constrangimento e morte;

Art. 3º A composição do COCIVS será constituída por meio de indicação formal de representantes, sendo um titular e um suplente, assim formalizado:

I- Superintendência de Planejamento em Saúde (SPS) por meio da Diretoria de Atenção Primária à Saúde (DAPS) sendo representada pelo Núcleo Equidade em Saúde e Diretoria de Educação Permanente em Saúde;

II- Representante da Superintendência de Hospitais Públicos Estaduais (SUH) de gestão própria da SES e representante da Diretoria de Supervisão e Controle das Organizações Sociais;

III- Superintendência de Vigilância em Saúde (SUV) sendo representada por meio da Diretoria de Vigilância Epidemiológica (DIVE);

IV- Superintendência de Urgência e Emergência (SUE);

V- Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Santa Catarina (COSEMS);

VI- Conselho Estadual de Saúde (CES).

Parágrafo Único: A Coordenação do Comitê Colaborativo Institucional Violência da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina (COCIVS) e a respectiva suplência serão exercidas pelos representantes da Diretoria de Atenção Primária à Saúde por meio do Núcleo Equidade em Saúde;

Art. 4º Poderão ser convidados a participar das reuniões do COCIVS especialistas e representantes de órgãos ou entidades públicas e sociedade civil com atribuições relacionadas a políticas públicas, assim como autoridades de notório saber;

Art. 5º A participação do COCIVS será considerada exercício de função pública relevante e, não será remunerada. Seguirá agenda pactuada com seus representantes;

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

André Motta Ribeiro

Secretário de Estado da Saúde

Cod. Mat.: 754280

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE: Errata referente a publicação no D.O.E. nº 21.569 de 23/07/2021, p. 29, sobre o processo SES 20658/2020 que trata de decisão de aplicação de JEVIANE DUBOIS – CPF nº 956.998.720-00. Justificativa: Correção do ano do processo. Onde se lê: SES 20658/2021 leia-se: SES 20658/2020 Cod. Mat.: 754174

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SUPERINTENDENCIA DE VIGILANCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

NOTIFICAÇÃO DA DIRETORIA/GEIMP/DIALI Nº031/2021

A Diretora de Vigilância Sanitária do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e considerando o disposto, no Arts. 12 e 30 da Lei Estadual Nº 6.320/1983; e os Art. 29 caput do Decreto Estadual Nº 23.663/1984 torna pública a DESINTERDIÇÃO do produto constante no ANEXO I:

ANEXO I

PRODUTO/MARCA	EMPRESA/CNPJ
Aipim – Aipim Descascado Marca Jaqueline Lote: 2021 16 Fabricação: 17/04/2021 Validade: 17/04/2022	Jaqueline Cristiane De Oliveira Claudino CNPJ:34.217.870/0001-39 Rua Francisco B. da Silva, nº 88 – Bri-lhante II – Itajaí/SC - CEP 88316-076.

1. Determinar aos órgãos competentes da Vigilância Sanitária das Secretarias Municipais de Saúde do Estado de Santa Catarina, que fiscalizem os estabelecimentos de comércio de alimentos para verificar o cumprimento da referida notificação.
2. Esta Notificação entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Florianópolis, 22 de julho de 2021.

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj

Cod. Mat.: 754211

A Secretaria de Estado da Saúde/Fundo Estadual de Saúde, torna público o que segue:

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 2020TR000522.

CONCEDENTE: O Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde – SES, gestora do Fundo Estadual de Saúde – FES, com intervenção da Secretaria de Estado da Infraestrutura e Mobilidade **CONVENENTE:** Município de Matos Costa **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO ADITIVO:** Ficam aditadas as Cláusulas Segunda e Cláusula Décima Terceira do termo que a este deu causa, passando a vigorar a cláusula aditada com a presente redação: “Cláusula Segunda – Dos Recursos”: Serão destinados recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio no montante de R\$ 146.243,61 (cento quarenta e seis mil e duzentos e quarenta e três reais e sessenta e um centavos), sendo R\$ 100.000,00 (cem mil reais) pela **CONCEDENTE** e R\$ 16.243,61 (dezesesseis mil e duzentos e quarenta e três reais e sessenta e um centavos), como contrapartida financeira por parte do **CONVENENTE**, conforme Plano de Trabalho. “Cláusula Décima Terceira – Da Contrapartida”: O conveniente compromete-se a aportar na conta bancária única e específica do Convênio a quantia de R\$ 16.243,61 (dezesesseis mil e duzentos e quarenta e três reais e sessenta e um centavos) a título de contrapartida financeira, nos prazos estabelecidos no cronograma de desembolso. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:** A justificativa para a celebração do adendo visa à operacionalização burocrática do relacionamento atendendo-se aos ditames legais, especificamente para que a Conveniente possa executar o objeto conveniado. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO:** Ficam ratificadas as demais cláusulas do termo que a este deu causa.

DATA: Florianópolis, 21 de julho de 2021. **SIGNATÁRIO:** André Motta Ribeiro, pela SES, Thiago Augusto Vieira, pela SIE e Paulo Bueno de Camargo, pelo Município.

Cod. Mat.: 754228

Extrato de Termo de Compromisso do Programa “Novos Valores”, referente ao projeto atividade nº 4617 da Secretaria de Estado da Saúde, conforme Decreto Estadual nº 781/782/2012 de 25.01.2012. **Estagiário: 1. Luisa Carpes Gonçalves;** Termo de Compromisso nº 044/2021; Início 12/07/2021; Valor R\$ 500,00; Lotação:Hospital Regional São José Dr. Homero de Miranda Gomes.**2.Michelle Ambrosio Raimundo;** Termo de Compromisso nº 016/2021; Início 26/07/2021; Valor R\$ 500,00; Lotação: Hospital Infantil Joana de Gusmão. **3.Janaina LuzzaniButtner;** Termo de Compromisso nº 057/2021; Início 19/07/2021;Valor R\$ 500,00;Lotação: Regional de Saúde de Joaçaba. **4.Elicio Jorge Vieira Santos;** Termo de Compromisso nº 056/2021; Início 02/08/2021; Valor R\$ 500,00; Lotação: Regional de Saúde de Criciúma. **5.Amanda Patrícia Pimentel de Miranda;** Termo de Compromisso nº 049/21; Início 02/08/2021;Valor R\$ 500,00;Lotação: Hospital Infantil Joana de Gusmão; **Amabile Vitoria dos Santos;** Termo de Compromisso nº 066/21; Início 02/08/2021; Valor R\$ 500,00;Lotação:Instituto de Cardiologia de Santa Catarina.

Cod. Mat.: 754255

Extrato de Rescisão de Termo de Compromisso do Programa “Novos Valores”, referente ao projeto atividade nº4617 da Secretaria de Estado da Saúde, conforme **Decreto** Estadual nº 781/782/2012, de 25.01.2012. **Estagiários: 1. Dara Francisca Baldo;** Termo de Compromisso nº 235/2019; Data da Rescisão: 01/07/2021. **2. Ingrid Caroline Melo Cordeiro;** Termo de Compromisso nº 01/2020; Data da Rescisão: 01/07/2021. **3. João Carvalho Neto;** Termo de Compromisso nº 191/2019; Data da Rescisão: 11/07/2021; **4. Gabriel Cordeiro Zomer;** Termo de Compromisso nº 03/2021; Data da Rescisão: 12/07/2021; **5. Angell de Souza Inacio;** Termo de Compromisso nº 024/2021; Data da Rescisão: 05/07/2021.

Cod. Mat.: 754263

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
SUPERINTENDÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE INFRAÇÃO.

A DIRETORA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA da Secretaria de Estado da Saúde, no uso de suas atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 44 do Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Estadual nº 4.793/94 e o inciso III do artigo 64 da Lei Estadual nº 6.320/83, notifica o autuado relacionado no Anexo Único, deste Edital, a tomar ciência quanto ao **Auto de Infração abaixo relacionado**. Poderá ser apresentada defesa e/ou impugnação no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da efetiva notificação, na forma do artigo 66 da Lei Estadual nº 6.320/83. A documentação relativa à autuação encontra-se à disposição do autuado na Diretoria de Vigilância Sanitária, na Av. Rio Branco, 152, Centro, Florianópolis/SC.

Florianópolis, 22 de julho de 2021

Lucélia Scaramussa Ribas Kryckyj

ANEXO ÚNICO

O autuado abaixo relacionado fica notificado pela prática de infração com o seguinte histórico:

1. AUTUADO: SCHMIDT E SIMAO RESTAURANTE LTDA

CNPJ/CPF: 38.254.092/0001-09

PROCESSO Nº SES 00084280/2021

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 10000013811/21.

Infração Cometida: As registradas no Auto de Infração citado acima.

ENQUADRAMENTO LEGAL DA INFRAÇÃO: Artigo 61 caput XXX, da Lei Estadual n. 6.320/83; c/c Art. 33 caput e parágrafo único do Decreto Estadual nº 562 de 17 de abril de 2020, e arts.1º, 2º e 3º da Portaria SES nº 266 de 22 de abril de 2020,c/c Decreto Estadual nº 1.218 de 19 de março de 2021 c/c Decreto Estadual 1244 de 9 de abril de 2021.

2. AUTUADO: PAULO AUGUSTO DE LORENA

CNPJ/CPF: 090.909.279-64

PROCESSO Nº SES 00066704/2021

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 10000013809/21.

Infração Cometida: As registradas no Auto de Infração citado acima.

ENQUADRAMENTO LEGAL DA INFRAÇÃO: Artigo 61 caput inciso XXX, da Lei Estadual nº 6.320/83; c/c Art. 33 caput e parágrafo único do Decreto Estadual nº 562 de 17 de abril de 2020; c/c arts.1º, 2º e 3º da Portaria SES nº 266 de 22 de abril de 2020 e art 3º, parágrafo 3º do Decreto Estadual nº 1.218 de 19 de março de 2021.

3. AUTUADO: Guilherme Girardi Lemos

CNPJ/CPF: 098.115.909-58